



183

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração Nº: 0168.047-5/01 - Recife

Embargante (s): Corporação Saturno Americana Ltda.

Embargado (s): Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ADMINISTRATIVO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. TRIBUNAL ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EXIGIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. RAZOABILIDADE. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AO OBJETIVO DE PACIFICAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DA INSURGÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Inicialmente, procedeu-se a uma detida análise do disposto nas normas que disciplinam a matéria. Leia-se: "Impende que façamos, de proêmio, uma análise dos dispositivos legais que possuem pertinência imediata com a lide dos autos, para uma melhor apreciação da presente insurgência. - **LEI ESTADUAL Nº 12.149, de 26 de dezembro de 2001**: (Introduz alterações na Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário, e dá outras providências.) • Art. 78. O recurso ordinário poderá ser, dentro do prazo legal, interposto: I - pelo sujeito passivo da obrigação tributária, diretamente ou por intermédio de representante legal, na hipótese de decisão que entenda ter-lhe sido prejudicial; II - pela Fazenda Pública Estadual, por intermédio de Procurador do Estado, com exercício no TATE. § 1º Na hipótese prevista no inciso I do "caput", o recorrente comprovará o depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da respectiva condenação na primeira instância, com atualização e demais acréscimos legais cabíveis, observado o disposto no art. 89 desta Lei, sendo admissível o recurso ordinário somente se: I - a decisão recorrida não for unânime; e II - tendo sido a decisão unânime, quando esta divergir de decisão proferida por outra Turma Julgadora ou pelo Pleno do TATE, cabendo ao recorrente, sob pena de não-conhecimento do recurso interposto com este fundamento, instruir processo com cópia das decisões, destacando os trechos que configurem a divergência e mencionando as circunstâncias que identifiquem ou, pelo menos, assemelhem os casos confrontados. § 2º - omissis. § 3º Relativamente ao recurso por divergência jurisprudencial de que trata o § 1º, II, deste artigo: I - cabe ao Tribunal Pleno, preliminarmente, decidir sobre o conhecimento ou não do recurso; e II - não será conhecido quando, em relação à decisão recorrida, houver súmula ou decisões uniformes e reiteradas do Tribunal Pleno no mesmo sentido da respectiva decisão recorrida. § 4º - omissis.". O cerne da discussão gira em torno da constitucionalidade do § 1º do artigo 78 supratranscrito. (...)."

2. Posteriormente, definiram-se os contornos da lide: "É de relevo que se frise, prefacialmente, que, embora a decisão impugnada tenha determinado que os recursos administrativos interpostos pela ora recorrida perante o TATE sejam processados independentemente de depósito recursal prévio e da comprovação da divergência entre a decisão impugnada e outra(s) decisão(ões) de Turmas ou do Pleno do Tribunal, **o Estado de Pernambuco**



184

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

**insurge-se apenas contra a parte em que o Magistrado a quo isentou o impetrante da observância do requisito da demonstração da referida divergência jurisprudencial.** Diante da insurgência parcial, firma-se como incontroversa, pois, a parte da decisão monocrática que garante ao recorrido a interposição de recurso administrativo perante o TATE independentemente de depósito recursal prévio, matéria esta sobre a qual o Supremo Tribunal Federal firmou recente posicionamento, ao qual esta Relatoria aderiu por motivação de ordem prática, não obstante continue a entender que é uma faculdade do contribuinte recorrer ou não ao Tribunal Administrativo e, se o faz, deveria garantir um mínimo percentual do pagamento para preservar o interesse público dos riscos de eventual sonegação de impostos. Restritos, pois, os lindes da presente demanda à discussão acerca da exigibilidade da comprovação da divergência jurisprudencial vergastada, a uma análise percuciente dos autos, vislumbro que a mesma qualifica-se como mero pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo em matéria tributária, não transgredido, portanto, dispositivo da Constituição Federal.(...)."

3. Em sucessivo, procedeu-se a uma subsunção dos fatos às referidas normas: "De fato, a exigibilidade da comprovação, pelo recorrente, da divergência jurisprudencial entre a decisão contra a qual se recorre e decisão proferida por Turma Julgadora ou pelo Pleno do TATE, como requisito para interposição de recurso ordinário contra decisão unânime, ganha relevo pela função de pacificação jurisprudencial que exerce. Ora, tendo sido a decisão recorrida de natureza unânime, e competindo ao Tribunal Administrativo de Pernambuco uniformizar a jurisprudência conflitante em matéria tributária no âmbito do Estado, é razoável que se imponha como pressuposto recursal a comprovação da existência de decisão, de outra Turma ou do Pleno, no sentido da tese defendida por aquele que se insurge, para que se demonstre a viabilidade da insurgência, eis que não se justificaria interpor recurso contra decisão sabidamente uniforme quer perante os órgãos fracionários, quer perante o próprio Pleno do TATE. Ressalte-se que a função principal do pressuposto recursal em apreço é preservar — mais que o interesse tópico de cada um dos litigantes — a necessidade de que o Tribunal mantenha coerência entre seus julgados. Evidentemente, os órgãos fracionários desse Tribunal, ao julgarem questões idênticas ou similares, podem chegar a resultados distintos. Isso, porém, não é bom para a sociedade, que precisa de segurança jurídica."

4. Concluiu-se, posteriormente, pela ausência de comprovação de plano da prática de ilegalidade ou abuso cometido pela autoridade indigitada coatora, bem assim da manifesta liquidez e certeza do direito veiculado pela ação mandamental originária: "Por fim, frise-se que a lide em tela foi veiculada via ação de mandado de segurança, de modo que, consoante entendimento firmado pela doutrina e jurisprudência, por força da sua natureza célere e especial, o rito do mandamus se presta a proteger tão somente aqueles direitos que se mostrem líquidos e certos e tenham suporte em relevantes fundamentos de fato e de direito comprovados de plano, hipótese na qual não se enquadra o interesse que o ora agravado deseja ver assegurado..(...)." Constata-se do exposto que o julgamento do agravo de instrumento foi conduzido de forma coerente.

5. Esta Câmara, ao asseverar que a exigibilidade da comprovação da divergência jurisprudencial pela Lei Estadual nº 10.654/91 (com as alterações



185

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

introduzidas pela Lei nº 12.149/01), não transgredir dispositivo constitucional, por compreender que tal requisito qualifica-se como mero pressuposto de admissibilidade recursal, fê-lo por possuir entendimento segundo o qual compete a cada Ente Federado, individualmente, editar suas próprias normas quanto aos processos administrativo-tributários, o que, evidentemente, não ofende o §1º do artigo 68 e o inciso III do artigo 146 da Constituição Federal.

6. O inciso III do artigo 146 da Magna Carta ao dispor, que cabe à Lei Complementar disciplinar matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e suas espécies, bem como, em relação a impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes; obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários e o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, está se referindo às normas gerais, sendo certo que as matérias de interesse local e específico, tais como as que versam sobre os processos administrativo-tributários, competem aos entes federados individualmente considerados, no exercício de sua autonomia, o que afasta a alegada afronta das Leis Estaduais nº 10.654/91 e 12.149/01 aos referidos artigos da magna Carta.

7. No que pertine à alegada contrariedade do acórdão embargado aos incisos XXXIV, LIV e LV do artigo 5º da CF/88, cumpre notar que, a bem da segurança jurídica, eficiência e economia processuais, por força da necessidade de pacificação jurisprudencial, inibindo-se a coexistência de orientações díspares, a exigibilidade do pressuposto de admissibilidade recursal em apreço apresenta-se absolutamente razoável e proporcional, razão pela qual não há que se falar em ofensa ao direito de petição, ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

8. Unanimemente, rejeitaram-se os presentes aclaratórios.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0168.047-5/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como embargante, a Corporação Saturno Americana Ltda. e como embargado, o Estado de Pernambuco e outros, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em rejeitar os presentes aclaratórios, nos moldes desenvolvidos no voto, o qual, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de Maio de 2010.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



186

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

Sétima Câmara Cível  
Embargos de Declaração Nº: 0168.047-5/01 - Recife  
Embargante (s): Corporação Saturno Americana Ltda.  
Embargado (s): Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Corporação Saturno Americana Ltda., para remediar pretensa omissão de acórdão (fls. 70/71) exarado no Agravo de Instrumento nº 0168.047-5 em apenso.

Por ocasião do julgamento do citado Agravo, essa Corte deu-lhe provimento, reformando-se a decisão do Juízo *a quo*, apenas na parte em que determina o processamento dos recursos administrativos interpostos pela ora embargante independentemente da comprovação de divergência jurisprudencial com decisões de Turmas ou do Pleno do TATE.

Assevera, em síntese:

1) Que o acórdão embargado é omisso, na medida em que não se pronunciou sobre a eficácia e vigência da norma do artigo 151, incisos II e III do Código Tributário Nacional, que afasta qualquer exigência quando da interposição de recursos administrativos, tendo se restringido a examinar a lide à luz do artigo 78 da Lei nº 10.6554/91, alterada pela Lei nº 12.149/01;

2) Que o *decisum* recorrido é igualmente não examinou a vigência e eficácia das normas insertas nos incisos LIV, LV e XXXIV, alínea "a" do artigo 5º da Magna Carta, bem assim não analisou a pertinência da aplicação da decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal no exame da ADI nº 1976/DF, em que se dispôs que "a exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens e direitos pode converter-se, na prática, em determinadas situações, em supressão do direito de recorrer, constituindo-se, assim, em nítida violação ao princípio da proporcionalidade" e das ADIN 1296, 1247, ADI-MC 1922/DF;

3) Que esta Câmara não examinou a questão da vedação imposta pelo artigo 68, 1º da CF/88, quanto à delegação de competência tributária, tendo em vista a usurpação, pela Assembléia Legislativa, da competência do Congresso Nacional para edição de norma acerca de matéria sob reserva de lei complementar, nos moldes do artigo 146, inciso III da Constituição Federal;

Pugna pelo conhecimento e provimento do presente, para fins de dirimir as omissões apontadas. É o que de relevante se tem a relatar.

ED Nº 0168.047-5/01





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

187

**VOTO:**

O Acórdão embargado está acostado às fls. 70/71 dos autos do Agravo de Instrumento em apenso.

Inicialmente, procedeu-se a uma detida análise do disposto nas normas que disciplinam a matéria. Leia-se:

*"Impende que façamos, de proêmio, uma análise dos dispositivos legais que possuem pertinência imediata com a lide dos autos, para uma melhor apreciação da presente insurgência.*

**- LEI ESTADUAL Nº 12.149, de 26 de dezembro de 2001:** (Introduz alterações na Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário, e dá outras providências.)

Art. 78. O recurso ordinário poderá ser, dentro do prazo legal, interposto:  
I - pelo sujeito passivo da obrigação tributária, diretamente ou por intermédio de representante legal, na hipótese de decisão que entenda ter-lhe sido prejudicial;

II - pela Fazenda Pública Estadual, por intermédio de Procurador do Estado, com exercício no TATE.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do "caput", o recorrente comprovará o depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da respectiva condenação na primeira instância, com atualização e demais acréscimos legais cabíveis, observado o disposto no art. 89 desta Lei, sendo admissível o recurso ordinário somente se:

**I - a decisão recorrida não for unânime; e**

**II - tendo sido a decisão unânime, quando esta divergir de decisão proferida por outra Turma Julgadora ou pelo Pleno do TATE, cabendo ao recorrente, sob pena de não-conhecimento do recurso interposto com este fundamento, instruir processo com cópia das decisões, destacando os trechos que configurem a divergência e mencionando as circunstâncias que identifiquem ou, pelo menos, assemelhem os casos confrontados.**

§ 2º - omissis.

§ 3º Relativamente ao recurso por divergência jurisprudencial de que trata o § 1º, II, deste artigo:

**I - cabe ao Tribunal Pleno, preliminarmente, decidir sobre o conhecimento ou não do recurso; e**

**II - não será conhecido quando, em relação à decisão recorrida, houver súmula ou decisões uniformes e reiteradas do Tribunal Pleno no mesmo sentido da respectiva decisão recorrida.**

§ 4º - omissis."



188

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

O cerne da discussão gira em torno da constitucionalidade do §1º do artigo 78 supratranscrito. (...)."

Posteriormente, definiram-se os contornos da lide:

"É de relevo que se frise, prefacialmente, que, embora a decisão impugnada tenha determinado que os recursos administrativos interpostos pela ora recorrida perante o TATE sejam processados independentemente de depósito recursal prévio e da comprovação da divergência entre a decisão impugnada e outra(s) decisão(ões) de Turmas ou do Pleno do Tribunal, o Estado de Pernambuco insurge-se apenas contra a parte em que o Magistrado a quo isentou o impetrante da observância do requisito da demonstração da referida divergência jurisprudencial.

Diante da insurgência parcial, firma-se como incontroversa, pois, a parte da decisão monocrática que garante ao recorrido a interposição de recurso administrativo perante o TATE independentemente de depósito recursal prévio, matéria esta sobre a qual o Supremo Tribunal Federal firmou recente posicionamento, ao qual esta Relatoria aderiu por motivação de ordem prática, não obstante continue a entender que é uma faculdade do contribuinte recorrer ou não ao Tribunal Administrativo e, se o faz, deveria garantir um mínimo percentual do pagamento para preservar o interesse público dos riscos de eventual sonegação de impostos.

Restritos, pois, os lindes da presente demanda à discussão acerca da exigibilidade da comprovação da divergência jurisprudencial vergastada, a uma análise percuciente dos autos, vislumbro que a mesma qualifica-se como mero pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo em matéria tributária, não transgredido, portanto, dispositivo da Constituição Federal.(...)."

Em sucessivo, procedeu-se a uma subsunção dos fatos às referidas normas:

"De fato, a exigibilidade da comprovação, pelo recorrente, da divergência jurisprudencial entre a decisão contra a qual se recorre e decisão proferida por Turma Julgadora ou pelo Pleno do TATE, como requisito para interposição de recurso ordinário contra decisão unânime, ganha relevo pela função de pacificação jurisprudencial que exerce.

Ora, tendo sido a decisão recorrida de natureza unânime, e competindo ao Tribunal Administrativo de Pernambuco uniformizar a jurisprudência conflitante em matéria tributária no âmbito do Estado, é razoável que se imponha como pressuposto recursal a comprovação da existência de decisão, de outra Turma ou do Pleno, no sentido da tese defendida por aquele que se insurge, para que se demonstre a viabilidade da



189

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO** 01

*insurgência, eis que não se justificaria interpor recurso contra decisão sabidamente uniforme quer perante os órgãos fracionários, quer perante o próprio Pleno do TATE.*

*Ressalte-se que a função principal do pressuposto recursal em apreço é preservar — mais que o interesse tópico de cada um dos litigantes — a necessidade de que o Tribunal mantenha coerência entre seus julgados. Evidentemente, os órgãos fracionários desse Tribunal, ao julgarem questões idênticas ou similares, podem chegar a resultados distintos. Isso, porém, não é bom para a sociedade, que precisa de segurança jurídica."*

Concluiu-se, posteriormente, pela ausência de comprovação de plano da prática de ilegalidade ou abuso cometido pela autoridade indigitada coatora, bem assim da manifesta liquidez e certeza do direito veiculado pela ação mandamental originária:

*"Por fim, frise-se que a lide em tela foi veiculada via ação de mandado de segurança, de modo que, consoante entendimento firmado pela doutrina e jurisprudência, por força da sua natureza célere e especial, o rito do mandamus se presta a proteger tão somente aqueles direitos que se mostrem líquidos e certos e tenham suporte em relevantes fundamentos de fato e de direito comprovados de plano, hipótese na qual não se enquadra o interesse que o ora agravado deseja ver assegurado..(...)."*

Constata-se do exposto que o julgamento do agravo de instrumento foi conduzido de forma coerente.

Destaque-se que esta Câmara, ao asseverar que a exigibilidade da comprovação da divergência jurisprudencial pela Lei Estadual nº 10.654/91 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.149/01), não transgredir dispositivo constitucional, por compreender que tal requisito qualifica-se como mero pressuposto de admissibilidade recursal, fê-lo por possuir entendimento segundo o qual compete a cada Ente Federado, individualmente, editar suas próprias normas quanto aos processos administrativo-tributários, o que, evidentemente, não ofende o §1º do artigo 68 e o inciso III do artigo 146 da Constituição Federal.

Ora, o inciso III do artigo 146 da Magna Carta ao dispor, que cabe à Lei Complementar disciplinar matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e suas espécies, bem como, em relação a impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes; obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários e o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, está se referindo às normas gerais, sendo certo que as matérias de interesse local e específico, tais como as que versam sobre os

ED Nº 0168.047-5/01



190

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO** 01

processos administrativo-tributários, competem aos entes federados individualmente considerados, no exercício de sua autonomia, o que afasta a alegada afronta das Leis Estaduais nº 10.654/91 e 12.149/01 aos referidos artigos da magna Carta.

No que pertine à alegada contrariedade do acórdão embargado aos incisos XXXIV, LIV e LV do artigo 5º da CF/88, cumpre notar que, a bem da segurança jurídica, eficiência e economia processuais, por força da necessidade de pacificação jurisprudencial, inibindo-se a coexistência de orientações díspares, a exigibilidade do pressuposto de admissibilidade recursal em apreço apresenta-se absolutamente razoável e proporcional, razão pela qual não há que se falar em ofensa ao direito de petição, ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Ante o exposto, voto pela rejeição dos presentes embargos.

Recife, 18 de Maio de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator